

O MERCADO GLOBAL, O DIREITO DA INTEGRAÇÃO E A PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR

MARCÍLIO TOSCANO FRANCA FILHO

Professor de Direito Administrativo da Universidade Federal da Paraíba. Mestrando em Ciências Jurídicas na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba. Assessor de Juiz Federal na Seção Judiciária da Paraíba. Ex-aluno da Universidade Livre de Berlin.

SUMÁRIO

1. À Guisa de Introdução. 2. A Globalização das Economias. 3. O Direito da Integração e a Proteção do Consumidor. 4. À Guisa de Conclusão. 5. Bibliografia.

1. À GUISA DE INTRODUÇÃO

Oriundo do jargão jornalístico, o termo *globalização*, em tempos de exaltação da contemporaneidade, logo se vulgarizou e ganhou numerosos adeptos no universo da política, da academia e do comércio internacional. Atualmente encontram-se referências fartas àquele termo, sobretudo associando-o às facilidades de comunicação, ao processamento veloz de informações, à formação de blocos econômicos multilaterais e à mobilidade internacional dos fatores produtivos. Entretanto, os seus efeitos sobre a sociedade vão muito mais além do que a esfera unicamente financeira ou tecnológica. Processo complexo, não é sem razão o

grande número de metáforas de que se utilizam os estudiosos do tema na busca de sua compreensão: *Aldeia Global*, *Nova Babel*, *Terceira Onda*, *Sociedade Amébrica* e *Sociedade Informática*¹ denotam esforços teóricos de apreensão do fenômeno em toda a sua totalidade.

Dada a suma importância que assume o fenômeno da globalização para a compreensão do mundo contemporâneo, as presentes investigações têm por fim caracterizar o alcance daquela categoria e, revelando a atuação dos seus principais atores, a organização de suas estruturas básicas (os subsistemas econômico e jurídico) e o desenvolvimento de seus processos (transnacionalização do capital e reestruturação do modo capitalista de produção),² sublinhar a sua influência no campo do Direito do Consumidor, quando demanda a construção de novos institutos e o aperfeiçoamento de antigos conceitos.

A tendência atual de eliminação das fronteiras entre os mercados nacionais através da formação de grandes blocos econômicos implica uma reestruturação das políticas de proteção ao consumidor, diretamente, e, de modo indireto, das questões relativas à saúde pública, proteção ambiental e concorrência empresarial. Como os ordenamentos jurídicos do Mercosul e da União Européia estão se adaptando às novas exigências é o que veremos a partir de agora.

2. A GLOBALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

As noções de *globalização* e *nova ordem mundial* se confundem no plano político internacional. Com o ruir do Muro de Berlim, em 1989, e de todo o bloco totalitário de que era alicerce, emergiu o fim da tradicional geopolítica que regera as relações internacionais desde o pós-guerra. A partir de então, à antiga divisão bipolar da hegemonia mundial vem-se sobrepondo

¹ IANNI, 1995, p. 15.

² Cf. MARTINS, Luciano. *Um mundo em Transformação*. In: VELLOSO & MARTINS, 1994, p. 5.

uma nova configuração de poder, cuja tônica é a do surgimento de novos atores no teatro das relações internacionais, da pulverização de conflitos regionais, da instituição de fóruns de diálogo transnacional, da inserção de novos temas na agenda global, da abertura da economia e da eliminação das barreiras econômicas.

Com a decadência do poder militar enquanto fonte da hegemonia mundial, se antes a aproximação entre os países encontrava amparo sobretudo na afinidade de seus sistemas políticos, a partir de então o interesse no estabelecimento de vínculos passou a ter por suporte mais fundamental as relações econômicas – o comércio internacional. E por que isso? Porque, tendo desaparecido o grande conflito bipolar internacional, surgiu com maior força o fenômeno de os Estados buscarem a ampliação e a consolidação de espaços econômicos como forma de adquirirem relevância no teatro das relações internacionais.

Nessa conjuntura, *o mercado* passa a ser o novo balizador e marco referencial das relações diplomáticas.³ A competição global deixa de ser estratégico-militar para ser estratégico-econômica. Muitos teóricos e analistas das relações internacionais viram surgir nessa conjuntura a concretização da vitória da *Democracia Liberal* (democracia representativa conjugada à economia de mercado) sobre todos os outros regimes político-econômicos. Tal fato legitimou a intensa propagação e consolidação, em nível mundial, de um discurso vitorioso do capitalismo, em óbvia reação ao derrotado estatismo comunista, na linha da liberação e autogestão dos mercados, o máximo possível independentes de injunções políticas que pudessem restringir a livre-circulação de fatores produtivos. A esta circunstância de extraordinário favorecimento do comércio multilateral, baseada no distanciamento formal entre o político e o econômico e na facilidade de veloz circulação dos fatores produtivos, chama-se *globalização*.

³ TOJAL, 1996, p. 6.

Dentro da formação do complexo fenômeno da ordem globalizada, como forma de garantir e valorizar a independência do mercado, houve uma retomada dos ideais iluministas do *individualismo* e da *sublimação da liberdade* através da consolidação da doutrina *neoliberal*, cujos arautos, desde a década de oitenta, já tomavam os centros de poder das principais economias capitalistas.⁴ Mais que simplesmente propugnar pelo Estado mínimo, o *neoliberalismo* seria o grande incentivador da prosperidade, tomando o lugar do antiquado, dispendioso e obsoleto *Welfare State*, com seus maciços investimentos sociais e interferências no setor econômico. Na verdade, longe de representar o absenteísmo estatal, indica o neoliberalismo uma mudança de perspectiva na intervenção do Estado na economia: a atividade estatal deveria voltar-se, sim, para o subsídio e o estímulo aos processos de oligopolização e pesquisa tecnológica⁵ e para o *downsizing* da máquina pública a fim de combater a alta dos juros e da inflação, decorrente do déficit público.

O atual estágio da globalização é, pois, consequência direta do crescimento da economia internacional a partir do fim da II Guerra Mundial (a *Weltwirtschaft* da doutrina alemã), da ampliação das facilidades de transporte e comunicação⁶, da alta convertibilidade de todas as moedas européias, da internacionalização dos mercados financeiros, da redução de dinamismo da economia americana a partir do fim dos anos 60, do aumento da produção dos Tigres Asiáticos, da ascensão de

⁴ A partir do final da década de 80, houve um retorno ao tradicionalismo (fora de moda desde meados dos anos 60) nos núcleos governamentais, através da ascensão dos partidos conservadores e retração dos sociais-democratas, como os Republicanos nos Estados Unidos, a CDU/CSU na Alemanha, os Conservadores na Inglaterra. Os próprios líderes socialistas no poder (como Felipe Gonzáles e Mitterrand) foram obrigados a uma radical mudança nos seus modelos de gestão.

⁵ MAGNOLI, 1990, p. 103.

⁶ Com a agilização do transporte e das comunicações, espaço e tempo foram reduzidos, provocando um favorecimento extraordinário da produção e das trocas internacionais: ampliação do acesso a insumos, mercados consumidores e tecnologias.

equipes econômicas neoliberais para comandar as políticas econômicas de importantes países e do avanço tecnológico.⁷

Numa perspectiva financeira, que, sem dúvida, é a de maior notoriedade, o fenômeno da globalização compreende não só um aumento do volume de recursos na economia global, mas também um aumento da velocidade de circulação destes recursos, bem como a interação destes dois efeitos sobre as economias nacionais.⁸ Tal mobilidade, numa visão otimista, representaria a superação eficiente das barreiras protecionistas internacionais, *tarifárias ou não*, graças sobretudo às rodadas de negociação do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio). Entretanto, há de se ressaltar que esta exagerada velocidade de circulação também aumenta consideravelmente os receios de grandes movimentos especulativos internacionais, *hot-money*, majorando os riscos de diversos tipos para as economias nacionais.

A essa extraordinária velocidade do capital foi indispensável à redução dos obstáculos de tempo e espaço, obtidos com o melhoramento tecnológico de transportes e comunicações. O investimento em tecnologia e o surpreendente desenvolvimento, a partir de meados da década de setenta, de comunicações, informática e transportes, são fatores determinantes nesse processo de globalização das economias, na medida em que provocam profundas mudanças nas estruturas produtivas e modelos de gestão. *Não por outro motivo, os recursos básicos das economias deixam de ser o capital, a terra e o trabalho, como no ensinamento da economia clássica, para ser o conhecimento: o seu acesso e a capacidade de utilizá-lo na produção, transformação, circulação, distribuição e consumo das riquezas nas sociedades contemporâneas em rápida transformação.*⁹

A ampliação e a melhoria da infra-estrutura comunicacional e de transportes entre os vários pontos do planeta levou a efeito a

⁷ BAUMANN, Renato. *Uma Visão Econômica da Globalização* In: BAUMANN, 1996, p. 38.

⁸ BAUMANN, *op. cit.*, p. 33

⁹ MOREIRA NETO (1995b, p. 21)

concretização da idéia da *Aldeia Global*. Nela, o domínio da informação e da tecnologia dão o tom diferencial das vantagens comparativas entre os sujeitos da atividade econômica – quer públicos ou privados – originando um novo paradigma para a competitividade. Entre outros aspectos, na *Aldeia Global*, além das informações circularem em velocidade cada vez maior, a publicidade passa a ser vista por um público bem mais amplo e os produtos têm agora um mercado mundial. Assim, pode-se concluir que, numa ótica produtiva e comercial, o processo de globalização se traduz numa crescente *homogeneização* internacional das estruturas de oferta e demanda,¹⁰ fenômeno que, a um só tempo, garante e facilita:

a majoração de ganhos de escala, com a ampliação da produção e do mercado de consumo;

*a uniformização de técnicas produtivas, estratégias administrativas e métodos de organização do processo produtivo, comprovada pelas exigências crescentes de certificação internacional;*¹¹

a mudança do eixo da competitividade, que deixa de ser o produto em si, para ser a tecnologia de processos (não só de produção, mas de fornecimento, de controle da qualidade, de atendimento e informação ao consumidor, de assistência técnica, entre outros);

o maior investimento na formação de mão-de-obra qualificada e aperfeiçoada, na pesquisa e no desenvolvimento de produtos, com consultas aos clientes a fim de atender a necessidades mais específicas;

a descentralização geográfica da produção das empresas, o que provoca a sua especialização nas áreas em

¹⁰ BAUMANN, op cit., p. 34

¹¹ O pretígio da *International Organization of Standardization* (ISO), com suas normas sobre qualidade e padronização (ISO 9000 e ISO 14000, p. ex), dá provas desse fenômeno.

que são mais eficientes e, assim, otimizam as vantagens comparativas de cada lugar e originam a fábrica-global;

a formação de vínculos mais rígidos entre empresas, através de joint ventures, participações acionárias e franquias, já que a produção global exige padrões mais rígidos de fornecimento e qualidade de componentes e matérias-primas e um investimento (leia-se risco) ampliado em tecnologia.

Um outro fator característico da globalização, agora sob um ponto de vista institucional, é a crescente perda de soberania das autoridades responsáveis pelas políticas econômicas nacionais na ordem globalizada. Tal fato se deve tanto à formação dos blocos econômicos, como à necessidade de adaptação das economias nacionais às migrações internacionais dos fatores produtivos.

As políticas cambial e salarial, por exemplo, passam a depender muito mais das regras externas do que da vontade exclusiva das autoridades monetárias ou fiscais. Se, de um lado, o cenário internacional globalizado mostra inúmeras oportunidades e facilidades através da captação de recursos estrangeiros, de outro, impõe restrições rígidas às políticas macro-econômicas nacionais (câmbio e taxa de juros, p. ex.), evitando-se desequilíbrios que favoreçam movimentos especulativos, como os que já desestabilizaram algumas economias latino-americanas recentemente. A afluência desses determinantes externos na ordenação das economias nacionais faz com que, à agenda econômica dos Estados, fiquem também associados outros temas de relevância supranacional, com proteção ambiental, tributação, monitoramento das empresas transnacionais etc. Neste sentido, a salvaguarda do interesse público internacional reflete-se nas exigências econômicas de proteção ambiental, já instituídas para a certificação ISO 14000, e na inserção de cláusulas sociais, com a proibição do *dumping* social, nas negociações comerciais multilaterais.

Um segundo aspecto institucional da economia a ser sublinhado, com particular interesse nesse trabalho, aponta para a

convergência da regulação político-econômica dos países¹². Para se garantir a maior mobilidade de capitais, fatores produtivos e bens de consumo, promove-se a *homogeneização* das relações jurídicas e econômicas entre os sujeitos privados da atividade econômica e os Estados, aproximando os institutos da *responsabilidade civil e do poder de polícia* no que tange a direitos do consumidor e direito do mercado financeiro. Será especificamente sobre esse aspecto que nos deteremos no capítulo seguinte. Há ainda um último aspecto a ser ressaltado no âmbito econômico da globalização que, entretanto, não detém o consenso dos analistas e estudiosos: é a tendência à oligopolização dos mercados. Se, por um lado, há quem saliente que sobreviverá tão-só aquele conglomerado empresarial que melhor se aproveitar das vantagens comparativas internacionais (matérias-primas, tecnologia, mão-de-obra e facilidades de câmbio), de outro lado, verifica-se, porém, que o número de empresas transnacionais aumentou sensivelmente nos últimos vinte anos¹³, fato que se contrapõe à tese oligopolista.

De tudo isto, podemos inferir que a grande marca que a globalização imprime nas economias nacionais é a de provocá-las à *abertura* e à maior *interdependência*¹⁴, rompendo, mais que nunca antes, com a idéia de *autarquia econômica*, sobretudo em virtude das facilidades de transporte, comunicação e aquisição de insumos econômicos. Desde há muito, é certo, as práticas comerciais extrapolaram as fronteiras geográficas nacionais, afinal, a própria diversidade de fatores produtivos bem como as demandas sociais de consumo, peculiares a cada país, impulsionavam os Estado à prática de uma economia aberta. O que vai singularizar, entretanto, a economia globalizada do pós-

¹² BAUMANN, op. cit., p. 35

¹³ BAUMANN, op. cit., p. 35

¹⁴ Interdependência *significa mútua dependência*, (...) diz respeito a situações caracterizadas pelos efeitos recíprocos entre nações ou entre atores em diferentes nações. Estes efeitos com frequência resultam de transações internacionais: fluxos de dinheiro, mercadorias, pessoas e mensagens através das fronteiras (Robert KEOHANE e Joseph S. NYE, *apud* IANNI, 1995, p. 64).

guerra é justamente a maior interdependência entre as economias e também a mudança dos seus sujeitos/atores. Se antes as relações econômicas internacionais eram produzidas a partir das ações dos Estado isolados, agora a inserção dos países na economia global se dá através das empresas transnacionais e, sobretudo, dos blocos econômicos e outros sujeitos plurilaterais, como a Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA), União Européia ALADI, ALALC, NAFTA, MERCOSUL, GATT, Empresas Internacionais, entre tantos outros exemplos.

3. O DIREITO DA INTEGRAÇÃO E A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR

Assiste plena razão ao mestre francês René David quando, iluminado, afirmou que *única dentre todas as ciências, a Ciência do Direito falsamente acreditou que poderia ser puramente nacional*.¹⁵

Por apresentar um conjunto de fontes, princípios e instituições próprias, que mantém uma certa unidade e coerência, o Direito da Integração, de quem o Comunitário é uma espécie, pode ser apreendido como um sistema normativo, completo e autônomo em relação aos demais sistemas nacionais que devido ao seu caráter fundante e instituinte de uma nova ordem jurídica, sobrepõe-se aos ordenamentos estatais, procurando com eles harmonizar-se numa relação de superação simultânea do Direito Constitucional (interno e baseado na soberania) e do Direito Internacional Público (externo e baseado na coordenação), dando origem a um direito *metaconstitucional*.¹⁶

Tanto a União Européia como o Mercosul são exemplos de ordens jurídicas integradas, caracterizadas, respeitadas as peculiaridades, pela homogeneização de tarifas aduaneiras, manutenção de uma política comercial comum e garantia de livre

¹⁵ *Apud* CASELLA, 1996, p. 175.

¹⁶ MOREIRA NETO, 1995, p. 219.

circulação de fatores de produção (pessoas, serviços, bens, mercadorias e capitais). Na consecução dessa política comercial comum cada um daqueles organismos procura, a seu modo, proteger um agente econômico fundamental na economia de mercado mas bastante vulnerável: o cidadão - consumidor, assegurando-lhe acesso a corretas informações, saúde, segurança e defesa de seus interesses econômicos.

O consumo é uma relação que se consolida com a transferência de bens das mãos de fornecedores para as de consumidores – que na atualidade perfazem toda a coletividade, universalidade em potencial. Dessa relação, não é difícil extrair uma idéia de desigualdade de um pólo frente ao outro, uma situação em que os mais fortes (fornecedores), detentores de um maior poderio econômico, se sobrepõem aos mais fracos (consumidores). Como causa da regulamentação do comércio em favor do consumidor está justamente essa histórica desvantagem com que ele se posiciona na relação frente ao fornecedor de produtos e serviços: inexistente ou quase nenhuma é a sua possibilidade de influir no preço, na qualidade ou na veracidade de informações acerca de bens e serviços consumíveis. Ressalte-se que, se o contexto mundial se transforma, com o descortinamento de uma tendência de globalização e formação de grandes blocos econômicos, dá-se conseqüentemente o agravamento desse quadro, já que fornecedores se fortalecem com a multiplicação de seu espaço de produção e oferta.

Assim, se o Direito do Consumidor nasce da insuficiência dos mecanismos do próprio mercado em protegê-lo, o que dizer da sua atualidade e importância quando da constituição dos grandes espaços econômicos, como o Mercosul e a União Européia? Salientam DROMI *et alii*¹⁷ alguns fatores que sublinham a importância da proteção ao consumidor particularmente nos atuais megamercados comuns:

maior dificuldade de informação acerca dos produtos, ofertas e serviços oriundos do estrangeiro;

¹⁷ 1995, p. 358

majoração dos riscos de defeitos e acidentes em decorrência do uso de produtos e serviços;

desenvolvimento de métodos de propaganda e marketing geograficamente mais abrangentes;

novas barreiras de acesso à justiça;

incertezas quanto ao tribunal competente e a norma aplicável na defesa de seus interesses.

No âmbito da União Européia, a proteção do consumidor sempre foi vista como um dos elementos basilares da política social, o que lhe garantiu ser objeto de inúmeros documentos e resoluções dos órgãos comunitários. Foi (ela) incorporada ao Tratado de Roma, instituinte das Comunidades Européias, pelo Tratado de Maastricht, que lhe inseriu o art. 129-A. Tal dispositivo constitui o fundamento jurídico de toda a política de proteção do consumidor na ordem comunitária européia e consolida a posição da Comunidade de não só adotar medidas próprias, através de seus órgãos legislativos e executivos, como também apoiar ações específicas de cada um dos seus Estados-membros que visem garantir a proteção do consumidor.

O objetivo específico da política de proteção ao consumidor na União Européia é assegurar o exercício de cinco direitos fundamentais aos seus cidadãos: 1) a proteção da saúde e a segurança; 2) a proteção dos interesses econômicos, sobretudo na consecução de um mercado livre de monopólios e oligopólios; 3) a reparação aos danos sofridos; 4) a melhoria da informação e da educação; 5) a representação e participação dos consumidores nas decisões que lhe dizem respeito.

De modo efetivo, a política de proteção ao consumidor na União Européia se caracteriza por levar a efeito os seguintes instrumentos:¹⁸

a Comissão Européia, periodicamente, promove enquetes e pesquisas de opinião junto aos consumidores da comunidade

¹⁸ CARTOU, 1996, p. 416

para fins de avaliação de certos produtos, serviços e informações;

através de uma decisão da Comissão, datada de 17-12-89, foi instituído o Conselho Consultivo de Consumidores, composto por 48 membros representativos de organizações europeias de consumidores, institutos nacionais e personalidades particularmente competentes em matéria de consumo, cujo objetivo é auxiliar a Comissão em matéria de política de proteção ao consumidor;

desde 1977 a Comissão faz publicar anuários sobre a Política de Proteção e Informação do Consumidor dos Consumidores, no âmbito da comunidade;

através da Resolução do Conselho nº C.3, de 7-1-87, ficou obrigatória a integração de todas as outras políticas comunitárias à política de proteção do consumidor.

O potencial do mercado comum da União Européia é de 340 milhões de consumidores. Para que a diversidade de regulamentações estatais em matéria de consumo não servisse de empecilho ou burla à livre circulação de mercadorias – contrariando o espírito dos tratados institutivos da União – foi necessário o estabelecimento de uma firme disposição normativa comum. A própria jurisprudência do Tribunal de Justiça das Comunidades Européias, no *case Cassis de Dijon*, de 1979, já prescreveu que qualquer produto legalmente fabricado e distribuído em um dos países da Comunidade, deve ser admitido no circuito comercial dos demais.

No caso específico do Mercosul, ainda não há uma legislação comum acerca da proteção do consumidor, apesar de constar no preâmbulo do Tratado de Assunção que uma de suas finalidades é justamente *ampliar a oferta de bens e serviços disponíveis, a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes*. Tal fato se deve, em muito, à circunstância de no âmbito nacional, inexistir no Uruguai e Paraguai uma ordenação pontual com objetivo de proteção do consumidor, conquanto Brasil, *desde 1991*, e Argentina, *desde 1993*, já apresentarem há tempos.

A inexistência de uma legislação completa e abrangente no Mercosul não impediu, entretanto, a constituição de normatizações parciais, que visam harmonizar as legislações dos países-membros. Assim, surgiram normas sobre medicamentos, alimentos, equipamentos plásticos destinados a entrar em contato com alimentos, instrumentos de medição, rótulos de alimentos, creme de leite e manteiga, entre outros.

Diante do relatado, acompanhando DROMI *et alii*,¹⁹ pode-se afirmar que o Mercosul está ainda a dar os primeiros passos na regulamentação da defesa do consumidor. Na verdade, o atual regime de consumo no Mercosul restringe-se à regulamentação pertinente a cada um dos países que o compõe. A fim de organizar e consolidar uma ordem harmônica, o Grupo Mercado Comum, através da Resolução 126/94, criou a Comissão de Defesa do Consumidor, cujo principal objetivo é a elaboração de um regimento comum da matéria.

4. À GUIA DE CONCLUSÃO

Com o surgimento da Nova Ordem Mundial, desde o fim da Guerra Fria, estreitaram-se como nunca as relações econômicas entre as diversas partes do globo, sobretudo em decorrência da revolução tecnológica. Deu-se origem, assim, ao fenômeno da mundialização da economia, que rompia com as fronteiras geográficas nacionais do comércio e da produção e limitava a liberdade de execução das políticas cambial, tributária e financeira dos países, já que acentuava a *interdependência* entre eles. Na abertura econômica, restou claro que, melhor que ingressar sozinhos no mercado global, suportando os altos riscos da competição econômica, o meio mais eficiente para que os atores se tornassem fortes e competitivos globalmente seria através do estreitar dos laços de cooperação com outros atores, o que lhes possibilitaria, entre outras coisas, a especialização naquilo que melhor produzem e o compartilhamento de tecnologias e

¹⁹ 1996, p. 364.

mercados. Através desse minilateralismo, *integração*, dar-se-ia o caminho mais sólido para se ingressar na internacionalização, *globalização*.²⁰

Quanto mais integrada a economia internacional, maiores as exigências de reformulação das estratégias de atuação do Estado e de fortalecimento de seus núcleos coordenadores e reguladores, para que se garanta a proteção dos seus cidadãos e se combatam a especulação financeira, o endividamento e a crise fiscal – empecilhos maiores do desenvolvimento econômico e social. Um ponto basilar nesta reengenharia do Estado diz respeito à reformulação do seu aparato legal. Na ordem globalizada, o Direito há de se adaptar melhor às idéias de *parceria e controle*, desenvolvendo novos institutos e instrumentos normativos que tornem mais rígidas e eficazes a defesa do consumidor – desde a rotulagem dos produtos e das substâncias perigosas pela responsabilização do fabricante pelo fato do seu produto, até a política da publicidade e o crédito ao consumidor.

A supressão de barreiras alfandegárias pela abertura dos mercados produziu uma maior oferta e uma concorrência acirrada no mercado que valorizou o papel do consumidor. Na verdade, desde as décadas de 60 e 70, com o desenvolvimento mais agudo da revolução tecnológica, o consumidor passou a assumir um papel mais relevante na nossa *sociedade de consumo*, consubstanciado nas conquistas de garantias como a melhor qualidade de vida, preços mínimos e distribuição de renda.²¹ Hoje, o consumidor passou a ser agente fundamental no processo de globalização da economia. O respeito a ele é ferramenta insubstituível para a conquista dos novos e ampliados mercados.

Um aspecto a ser ressaltado é que, o quadro que se forma com a suprema valorização da economia de mercado nesses novos blocos econômicos, tem como característica primária a

²⁰ Nesse sentido, não haveria, como pretendem alguns teóricos, um paradoxo entre globalização – centrífuga – e regionalização – centrípeta. De fato, são fenômenos convergentes, já que só pela integração regionalizada, os pequenos atores adquirem força e competitividade para enfrentar o mercado global.

²¹ SOUZA, 1994, p. 460.

diminuição exacerbada do intervencionismo estatal na esfera econômica, na medida em que pretende estabelecer um mercado livre, onde mais se presa pela transparência, pela livre concorrência e, principalmente, pela extirpação de todas as façanhas, por parte dos grupos econômicos de posição dominante, que intentem valer-se de sua supremacia para distorcer a livre concorrência. Essas tentativas que tendem a desnaturalizar a livre competição, as chamadas *imperfeições do mercado*, os monopólios, *dumpings*, abusos da posição de domínio, acordos, decisões e práticas de concentração de mercado, todas elas trazem à tona a necessidade de um fortalecimento da custódia do consumidor também no campo do abuso do poder econômico e na burla à livre-concorrência. Afinal, a insignificância da pessoa física do consumidor diante da onipotência da pessoa jurídica do fornecedor, com empresas transnacionais de grande porte, sugere a criação de uma legislação diferente da que se tinha na ordem privatista sobre abuso de direito, contratos por adesão, etc.

Por fim, cabe mencionar que muito se tem questionado atualmente a respeito da protetividade do Direito do Consumidor diante da necessidade de uma política econômica neoliberal nos sistemas econômicos globalizados. É pergunta sempre recorrente em que medida a atuação estatal na proteção ao consumidor não contraria os princípios clássicos dos *laissez-faires* contemporâneos. Sobre essa questão é bom avaliar que, ao contrário do que se pensa, a proteção estabelecida por um eficaz Direito do Consumidor vem muito mais a permitir a plenitude da livre concorrência do que a limitá-la, garantindo que seu exercício não se apresente danoso para nenhuma das partes da atividade econômica e, assim, dirimir as chamadas *imperfeições de mercado* que possivelmente possam atentar contra direitos individuais e coletivos.

Na verdade, resta incontestado que a concretização das cinco liberdades almejadas no âmbito das novas comunidades econômicas – a livre circulação de mercadorias, a liberdade de estabelecimento, a livre circulação de trabalhadores, a livre circulação de capitais e a liberdade de concorrência – não pode

prescindir de uma orientação firme no sentido de valorizar o cidadão-consumidor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABELLÁN, Victoria e VILÀ, Blanca (direção). *Lecciones de Derecho Comunitario Europeo*. Barcelona, Ariel, 1995.
- BASSO, Maristela, MERCOSUL: *Seus Efeitos Jurídicos, Econômicos e Políticos nos Estados-Membros*. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 1995.
- BAUMANN, Renato (org.) *O Brasil e a Economia Global*. São Paulo, Campus, 1996.
- BEREMBOOM, Alain e ZYLBERSTEIN, Jean-Claude. *Traité de Maastricht – Mode d'Emploi*. Paris, Édition 10/18, 1992.
- BORCHARDT, Klaus-Dieter. *ABC Do Direito Comunitário*. Luxemburg, Amt für amtliche Veröffentlichungen der Europäischen Gemeinschaften, 1994. Série Europäische Dokumentation.
- CARTOU, Louis. *L'Union Européenne: Traités de Paris – Rome – Maastricht*. Paris, Dalloz, 1996.
- CASELLA, Paulo Borba. *Mercosul: Exigências e Perspectivas*. São Paulo, LTr, 1996.
- DROMI, Roberto, EKMEKDJIAN, Miguel e RIVERA, Julio. *Derecho Comunitario*. Buenos Aires, Ediciones Ciudad Argentina, 1995.
- FORTE, Umberto. *União Européia – Direito das Comunidades Européias e Harmonização Fiscal*. São Paulo, Malheiros, 1994.
- IANNI, Otávio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.
- MAGNOLI, Demétrio. *O Mundo Contemporâneo*. São Paulo, Ática, 1990.

- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *MERCOSUL – Minilateralismo e Metaconstitucionalismo*. In: Revista de Informação Legislativa. Brasília, a. 32, nº 128, Out./Dez. 1995.
- ROCHÈRE, Jacqueline Dutheil de la. *Introduction au Droit de l'Union Européenne*. Paris, Hachette, 1995.
- SILVA Roberto L. *Direito Econômico Internacional e Direito Comunitário*. Belo Horizonte, Del Rey, 1995.
- SOUZA, Washington Peluso Albino de. *Primeiras Linhas de Direito Econômico*. São Paulo, Editora Ltr, 1994.
- TOJAL, Flávio. *Regionalização e Globalização: a Bifacialidade da Internacionalização*. In: Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 30, jan./fev. 1996, nº 1.
- VELLOSO, João Paulo dos Reis e MARTINS, Luciano (Coord.). *A Nova Ordem Mundial em Questão*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1994.